



# Contas públicas no Brasil

**Felipe Salto**

Diretor-Executivo

**Gabriel Barros**

Diretor

**Rafael Bacciotti**

Analista

- ❖ Sobre a IFI
- ❖ Cenários macrofiscais e a agenda de reformas
- ❖ Alguns conceitos teóricos
- ❖ O problema da dívida pública
- ❖ A lógica do processo orçamentário

1. Inspirada no Congressional Budget Office (CBO), Estados Unidos, e no Office for Budget Responsibility (OBR), Reino Unido
2. Cerca de 40 países possuem instituições similares
3. Objetivo geral é ampliar a transparência das contas públicas e melhorar a disciplina fiscal do país
4. OCDE e FMI têm destacado a atuação da IFI do Senado Federal nestes **2 anos** de atuação

## ❑ Relatório da OCDE (fev/18) sobre o Brasil:

*“Brazil has made substantial progress on its fiscal framework, including the new expenditure rule and the recently established fiscal council (IFI), which has been publishing high-quality monthly reports, including fiscal projections and scenarios. Its establishment has been a recommendation in previous OECD Economic Surveys or Brazil”*  
(Page 33).

<https://www.oecd.org/eco/surveys/Brazil-2018-OECD-economic-survey-overview.pdf>

A Resolução do Senado 42/2016 define 4 objetivos para a IFI:

- I - divulgar suas **estimativas de parâmetros** e variáveis relevantes para a construção de cenários fiscais e orçamentários;
- II - analisar a aderência do desempenho de indicadores fiscais e orçamentários às **metas definidas na legislação** pertinente;
- III - **mensurar o impacto de eventos fiscais** relevantes, especialmente os decorrentes de decisões dos Poderes da República, incluindo os custos das políticas monetária, creditícia e cambial; e
- IV - **projetar a evolução de variáveis fiscais** determinantes para o equilíbrio de longo prazo do setor público.

## Liderança e coordenação dos trabalhos da IFI:

- O Conselho Diretor é formado por 3 membros (modelo inspirado no OBR):
  - Um Diretor-Executivo, que é indicado pelo Presidente do Senado Federal e preside o Conselho Diretor.
  - Dois Diretores, que são indicados pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle do Senado.
- Tanto o Diretor-Executivo como os demais Diretores são indicados e obrigatoriamente sabatinados pelo Senado Federal, sendo as indicações apreciadas pelas Comissões e pelo Plenário.
- A independência é garantida pelo **mandato fixo** do Diretor-Executivo e dos demais Diretores. Inicialmente, 6 anos para o primeiro, 4 anos para o Diretor indicado pela CAE e 2 anos para o último diretor. A partir dos segundos mandatos de cada vaga, sempre 4 anos para todos.

## Conselho de Assessoramento Técnico (modelo do CBO) – *ainda não instalado*

- Os membros do Conselho são indicados pelo Diretor-Executivo da IFI para assessorar a IFI em caráter consultivo por tempo indeterminado.
- Os indicados devem ter notório saber e reputação ilibada, exercendo a função sem remuneração.
- O objetivo do Conselho é prover avaliação crítica externa aos planos de trabalho e estudos feitos pela IFI.
- Atualmente, já temos o Conselho funcionando informalmente, mas ele ainda precisa ser empossado pelo Presidente do Senado.

Todas as publicações da IFI estão no nosso site: <https://www12.senado.leg.br/ifi>



The screenshot shows the IFI website interface. At the top, there is a dark blue header with 'SENADO FEDERAL' on the left, 'Fale com o Senado' in the center, and a 'Portais' menu on the right. Below the header is the IFI logo and the text 'Instituição Fiscal Independente'. A navigation menu includes 'Sobre', 'Publicações', 'IFI na Mídia', 'Agenda', 'Contatos', and 'Dados'. There are also flags for the United Kingdom and Brazil. The main content area features a large banner with the text 'Leia aqui o Relatório de Acompanhamento Fiscal' and the IFI logo. Below the banner are four columns with the following titles and descriptions:

- Cronograma**: Veja o cronograma de publicações do Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) para 2018.
- Imprensa**: Veja as reportagens, artigos e entrevistas publicados na imprensa sobre a IFI.
- Publicações**: Leia aqui a última edição do Relatório de Acompanhamento Fiscal.
- Inscreeva-se aqui**: Cadastre-se para receber os relatórios, estudos e notas divulgados pela IFI.





# Redes sociais

Facebook: @instituicaoofiscalindependente (2,2 mil)

Twitter: @IFIBrasil (2,1 mil)

The image shows a composite of social media content for the IFI. On the left is a Twitter profile for @IFIBrasil, featuring the IFI logo, bio, location (Brasília, Brazil), website (www12.senado.leg.br/ifi), and a grid of photos and videos. On the right is a Facebook profile for IFI - Instituição Fiscal Independente, showing the profile picture, cover photo with the text 'Instituição Fiscal Independente', and a navigation menu. The Facebook cover photo features the IFI logo and a large gold coin. Below the cover photo are options to 'Curtiu', 'Seguindo', and 'Compartilhar'. The Facebook bio reads: 'IFI - Instituição Fiscal Independente @INSTITUICAOFISCALINDEPENDENTE'. The Twitter feed shows two tweets: a pinned tweet from 24 de out about a seminar on macrofiscal challenges, and a tweet from 29 de out about a study on public spending.

- **Março de 2017**– Apresentação no Senado Federal para um amplo grupo de economistas
- **Junho de 2017** – Apresentação do primeiro Estudo Especial da IFI e do Relatório de Acompanhamento Fiscal
- **Novembro de 2017** – Reunião do Conselho Diretor da IFI com a Vice-Presidência do Senado.
- **Mai de 2018** – Recebemos a Missão do Artigo IV
- **Mai e Novembro de 2018** – Participação da IFI em eventos internacionais (Wilson Center/Washington DC) e seminário organizado com a Universidade de Brasília (UnB)
- **Junho de 2018** – Em junho, organizamos um grande seminário no Senado, em parceria com o Professor Fernando Rezende, contando com as presenças do Ministro do Planejamento, do Secretário do Tesouro Nacional e do Secretário de Orçamento Federal.
- **Julho de 2018** – Em julho de 2018, o Diretor-Executivo Felipe Salto e o Diretor Gabriel Barros estiveram em Seul participando do 10º Encontro Anual das IFIs. Lá, além de trocar experiências com as outras instituições, assinaram um Memorando de Entendimentos com a IFI Coreana.
- **Novembro de 2018** – Encontro na FIESP a convite do ex-ministro Antônio Delfim Netto e reunião do Tribunal de Contas do Ceará (TCE-CE).

# Algumas instituições com as quais nos relacionamos nestes 2 anos

- **2017/2018** – Recebemos visitas de missões da OCDE e realizamos reuniões com: Banco Mundial, Cepal - Nações Unidas, agentes e especialistas do mercado, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Tribunal de Contas da União, ex-ministros e secretários de Finanças dos Estados, professores da Universidade de São Paulo e Fundação Getúlio Vargas (FGV), FIRJAN, FIESC e FIESP, Associação Comercial de São Paulo, Wilson Center, e outras instituições e organizações.



NACIONES UNIDAS



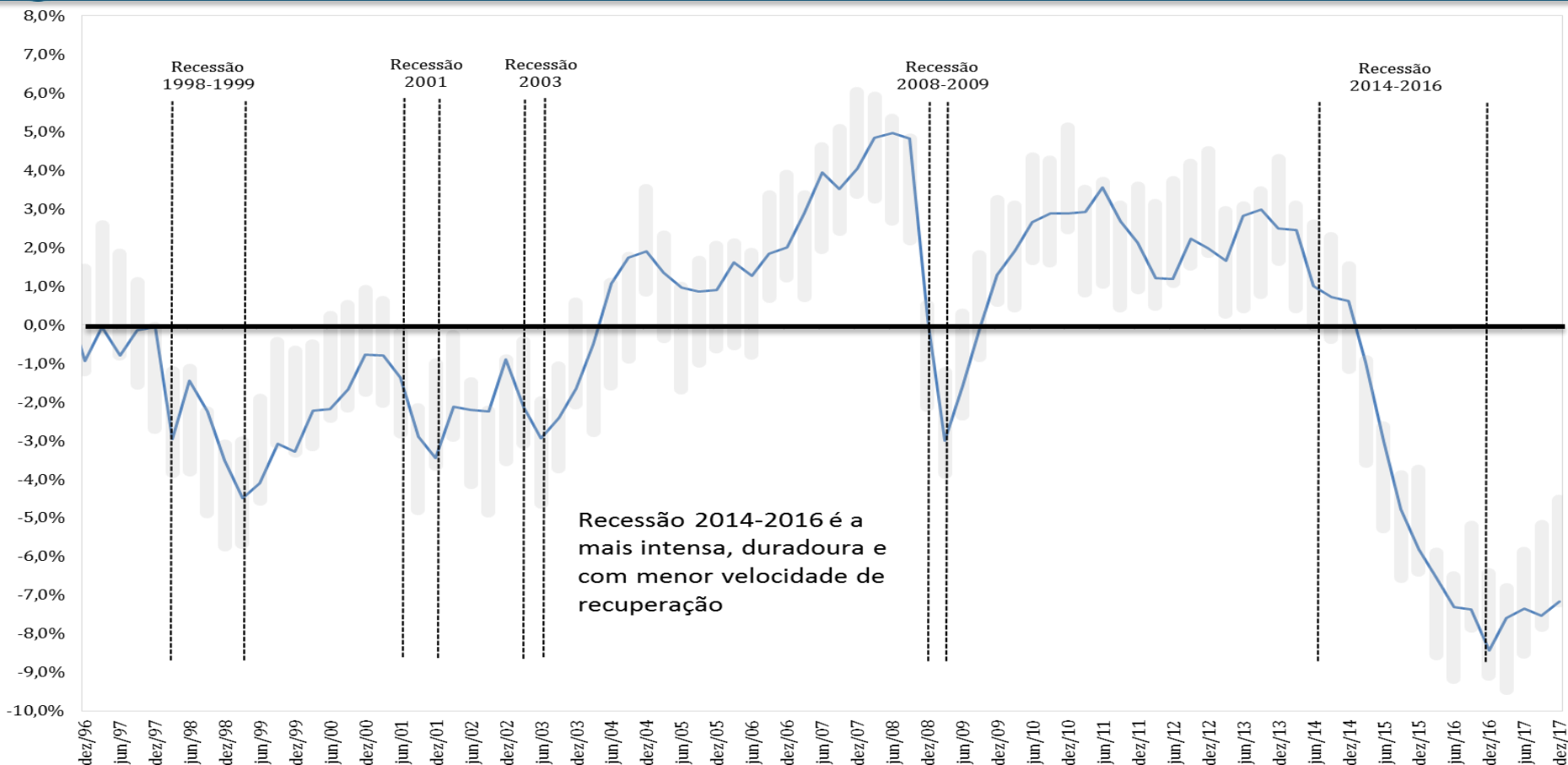
Universidade de São Paulo

**CRESCIMENTO DO PIB E JUROS REAIS SÃO VARIÁVEIS ESSENCIAIS PARA DEFINIR AS CONDIÇÕES DE SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA PÚBLICA**

Parâmetro	2015	2016	2017	Cenário Base			Cenário Otimista		Cenário Pessimista	
				2018	2019	2020-2030	2019	2020-2030	2019	2020-2030
<u>PIB - Crescimento real</u>	-3,5	-3,5	1,0	1,4	2,3	2,2	2,9	3,4	1,1	1,4
Massa salarial - Crescimento real	0,5	-3,4	2,3	2,0	2,4	2,3	3,6	3,0	1,5	1,5
IPCA	10,67	6,29	2,95	3,75	4,25	3,91	3,65	3,65	5,23	5,79
Taxa de câmbio R\$/US\$ (final de período)	3,90	3,26	3,31	3,87	3,69	4,07	3,36	3,58	3,92	4,83
Selic - final de período	14,25	13,75	7,00	6,50	8,00	8,50	7,00	7,00	9,50	11,86
<u>Juros reais</u>	3,2	7,0	3,9	2,7	3,6	4,4	3,6	3,2	4,1	5,7

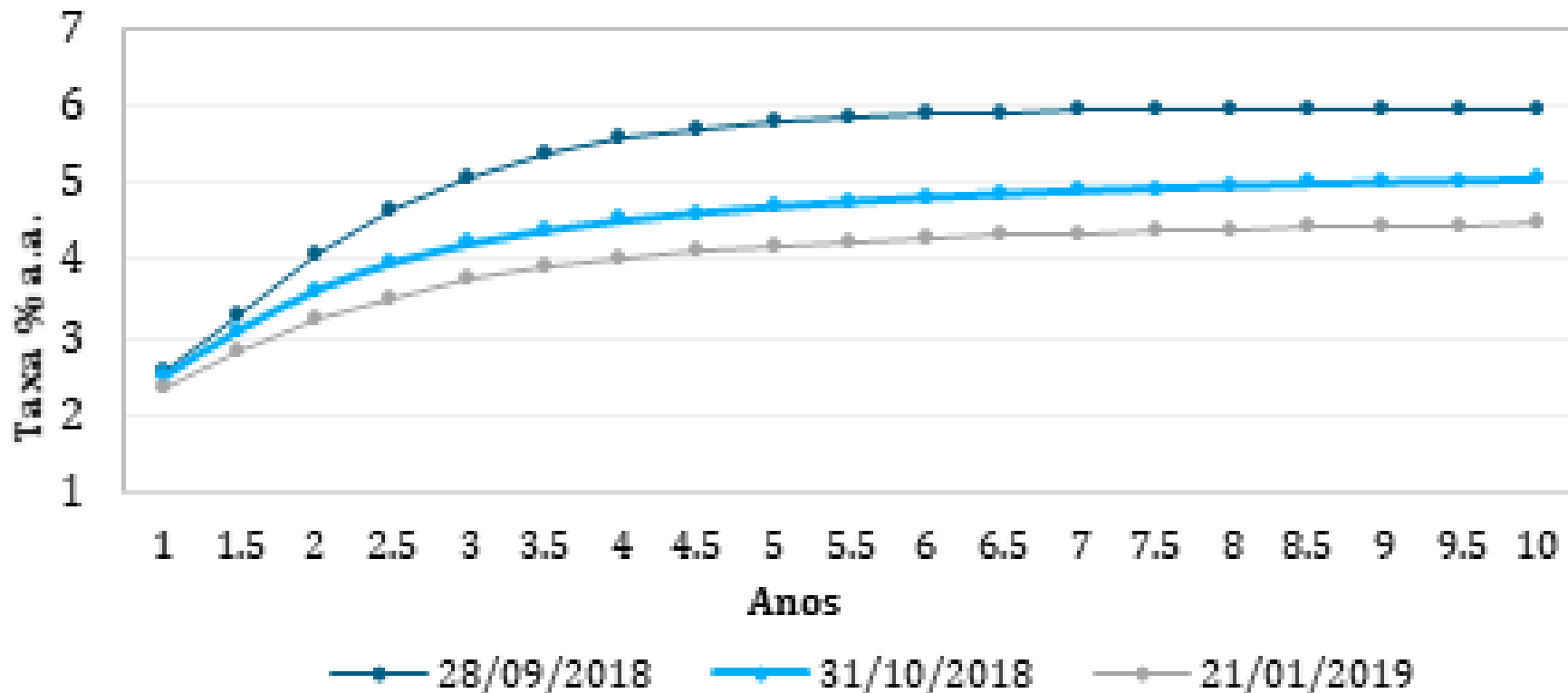
# Hiato do produto

(Termômetro para medir o dinamismo da economia)



GDP (per capita) - PPP (2011 dollar)	1980	2017
Brazil	11,146	14,212
Advanced economies	23,665	44,905

## Estrutura a termo da taxa real de juros



Fonte: Anbima. Elaboração: IFI

## Como financiar as ações do Estado?

- O equilíbrio fiscal é a base para ter um Estado eficiente e forte, capaz de atender aos anseios da sociedade, por meio de boas políticas públicas

- Só há três formas de financiar as ações do Estado:

EMISSÃO DE MOEDA (instrumento) => INFLAÇÃO (custo)

EMISSÃO DE DÍVIDA (instrumento) => JUROS (custo)

COBRANÇA DE TRIBUTOS (instrumento) => PESO MORTO (custo)

- Na prática, a emissão de moeda é automaticamente descartada
- Uma boa política fiscal deve combinar dois instrumentos: dívida e impostos

- Equação de sustentabilidade da dívida:

$$\text{Variação da Dívida} = \text{Déficit Primário} + (\text{Juros Reais} - \text{Crescimento do PIB}) \times \text{Estoque da Dívida}$$

Objetivo da política fiscal é Var. da Dívida < ou = a zero

Quanto pior o déficit primário, maior a Var. da Dívida

Mais Cresc. do PIB = Var. da Dívida menor  
E Juros Reais mais altos = maior Var. da Dívida

Tanto a taxa de juros quanto a taxa de crescimento são multiplicadas pelo Estoque da Dívida



# Qual o tamanho do esforço necessário?

## A equação de sustentabilidade da dívida

Carlin & Soskice (2006), por exemplo, explicitam a equação desta forma:

$$\Delta D = p + (r - \gamma) \times D, \text{ onde:}$$

$\Delta D$  = variação da dívida bruta em p.p. do PIB;

$p$  = déficit primário em % do PIB;

$r$  = taxa real de juros em %;

$\gamma$  = taxa de crescimento real do PIB em %; e

$D$  = nível de endividamento bruto em % do PIB.

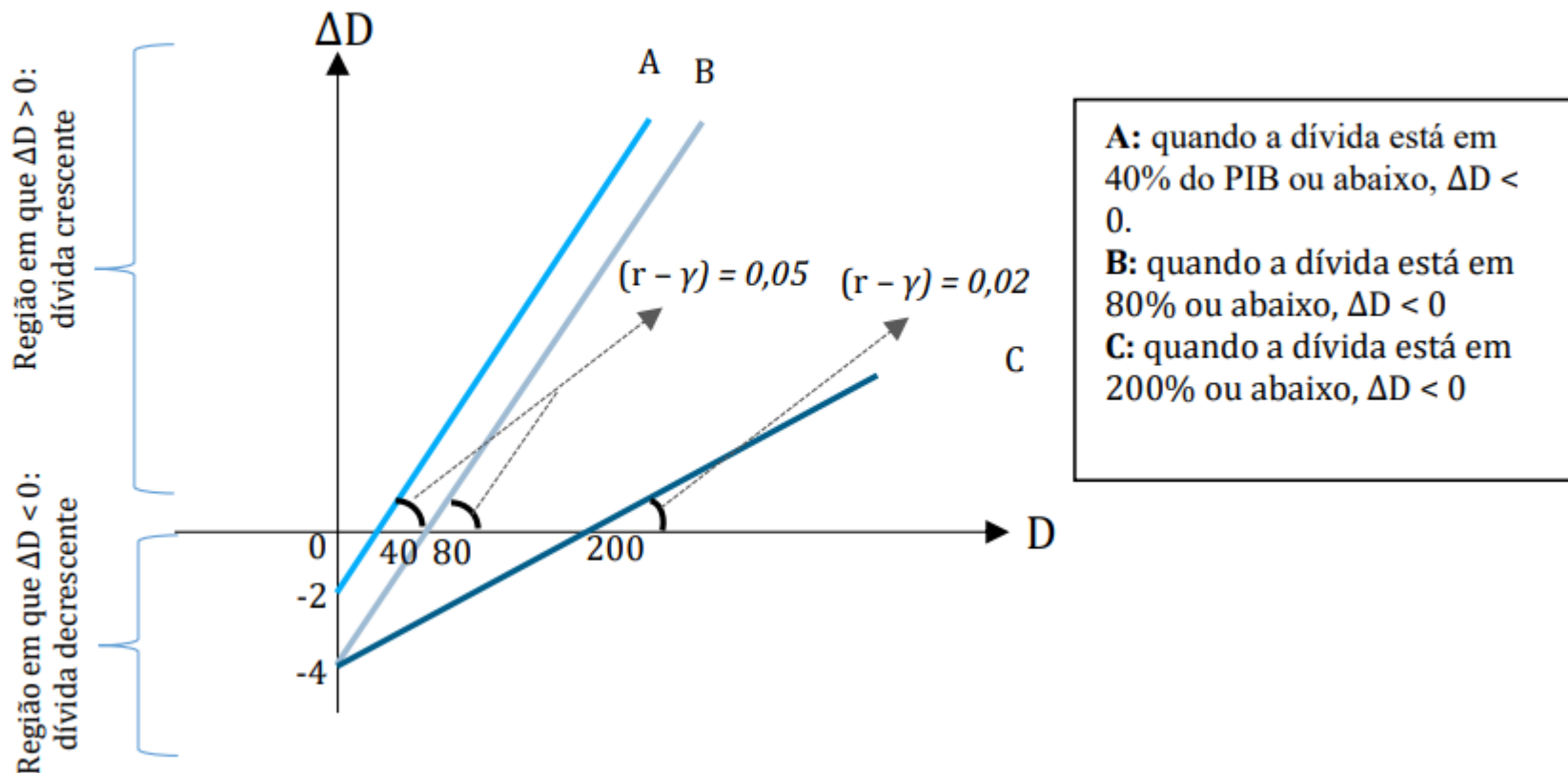
Exemplo

$$0 = p + (0,035 - 0,01) \times 77$$

$$-p = (0,025) \times 77$$

$$p = -1,9$$

**Gráfico 9: Representação da equação de sustentabilidade em três casos: A, B e C**



**Fonte: Elaboração própria.**

## Simulações para o superávit primário requerido para estabilizar a DBGG

		Dívida - % do PIB					
		60	70	80	90	100	110
Juros e PIB - variação %	3,5% e 3,0%	0,30	0,35	0,40	0,45	0,50	0,55
	4,3% e 2,2%	1,26	1,47	1,68	1,89	2,10	2,31
	5,0% e 1,5%	2,10	2,45	2,80	3,15	3,50	3,85
	5,5% e 1,0%	2,70	3,15	3,60	4,05	4,50	4,95
	6,0% e 0,5%	3,30	3,85	4,40	4,95	5,50	6,05

Fonte: Elaboração própria.

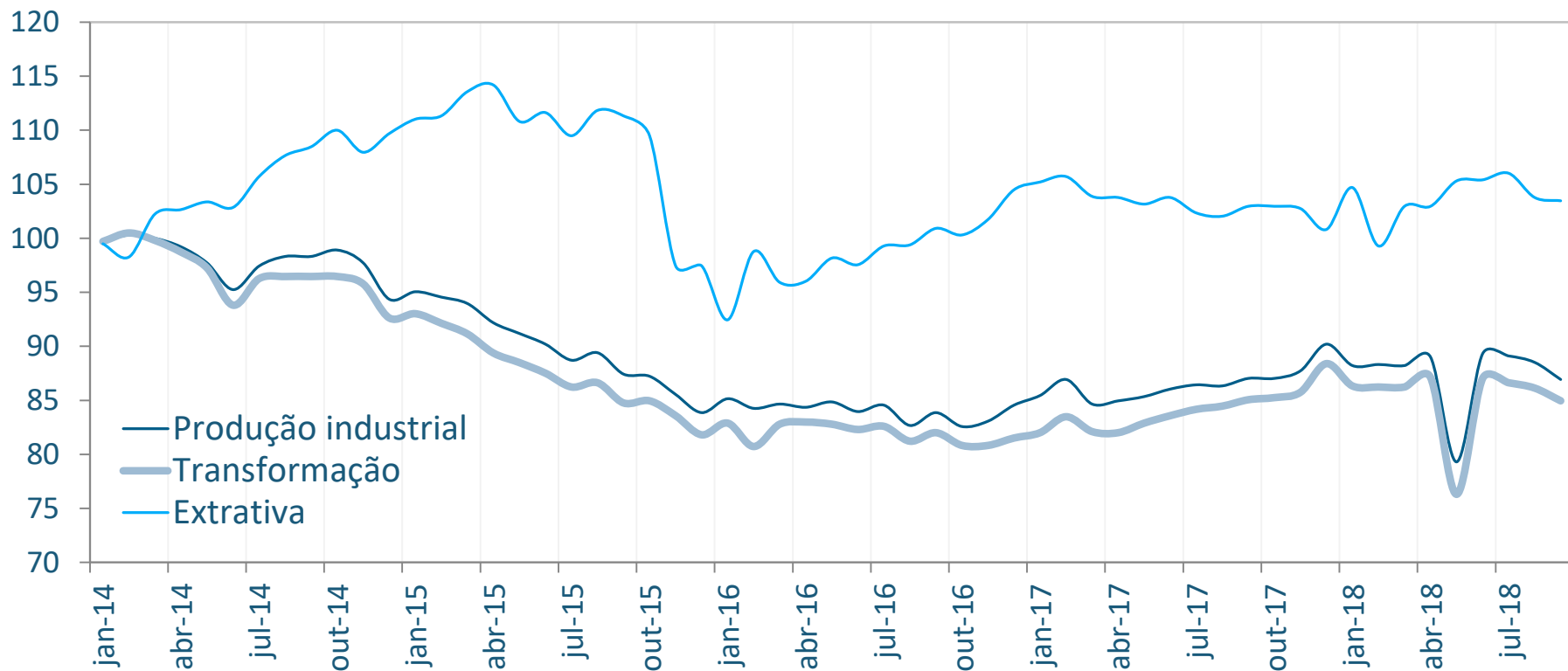
**TABELA 2. POPULAÇÃO OCUPADA POR POSIÇÃO**

	Valores absolutos (mil pessoas)			Variação acumulada em 12 meses			Percentual em relação ao total de ocupados		
	set/18	out/18	nov/18	set/18	out/18	nov/18	set/18	out/18	nov/18
<b>População ocupada</b>	<b>92.622</b>	<b>92.901</b>	<b>93.189</b>	<b>1,6%</b>	<b>1,6%</b>	<b>1,4%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
Com carteira assinada no setor privado	32.972	32.923	32.962	-1,5%	-1,4%	-1,3%	35,6%	35,4%	35,4%
Sem carteira assinada no setor privado	11.511	11.628	11.689	5,0%	5,3%	4,8%	12,4%	12,5%	12,5%
Trabalhador doméstico	6.259	6.264	6.262	2,5%	2,1%	1,5%	6,8%	6,7%	6,7%
Setor público	11.732	11.713	11.769	2,5%	2,4%	2,6%	12,7%	12,6%	12,6%
Empregador	4.429	4.514	4.480	5,1%	4,7%	4,4%	4,8%	4,9%	4,8%
Conta Própria	23.496	23.610	23.811	3,4%	3,2%	3,0%	25,4%	25,4%	25,6%
<b>Percentual de trabalhadores que contribuem para a previdência social</b>	<b>58.398</b>	<b>58.488</b>	<b>58.664</b>	<b>-0,1%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,1%</b>	<b>63,0%</b>	<b>63,0%</b>	<b>63,0%</b>

Fonte: IBGE. Elaboração: IFI.

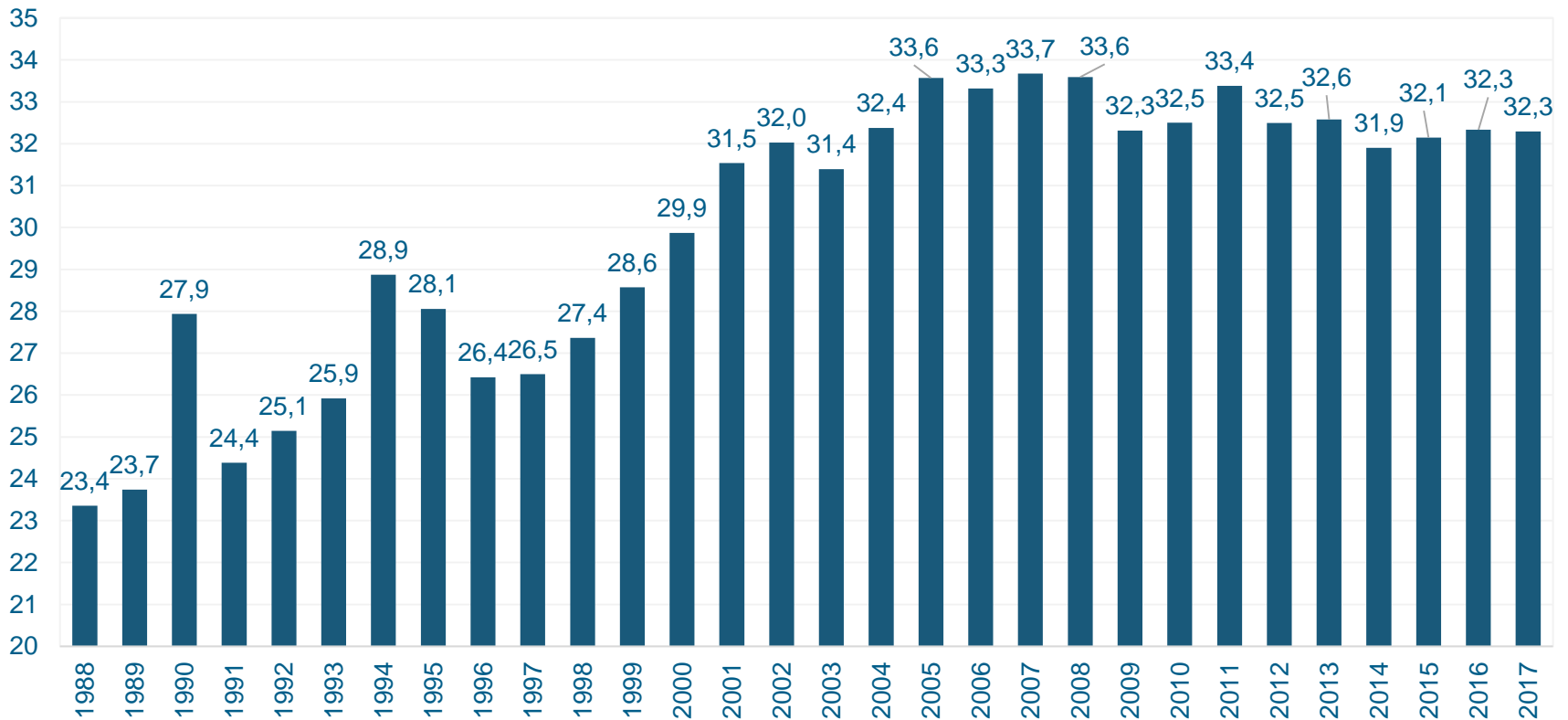
## PRODUÇÃO INDUSTRIAL

(SÉRIES DESSAZONALIZADAS - 1ºT 2014 = 100)



Fonte: IBGE. Elaboração: IFI

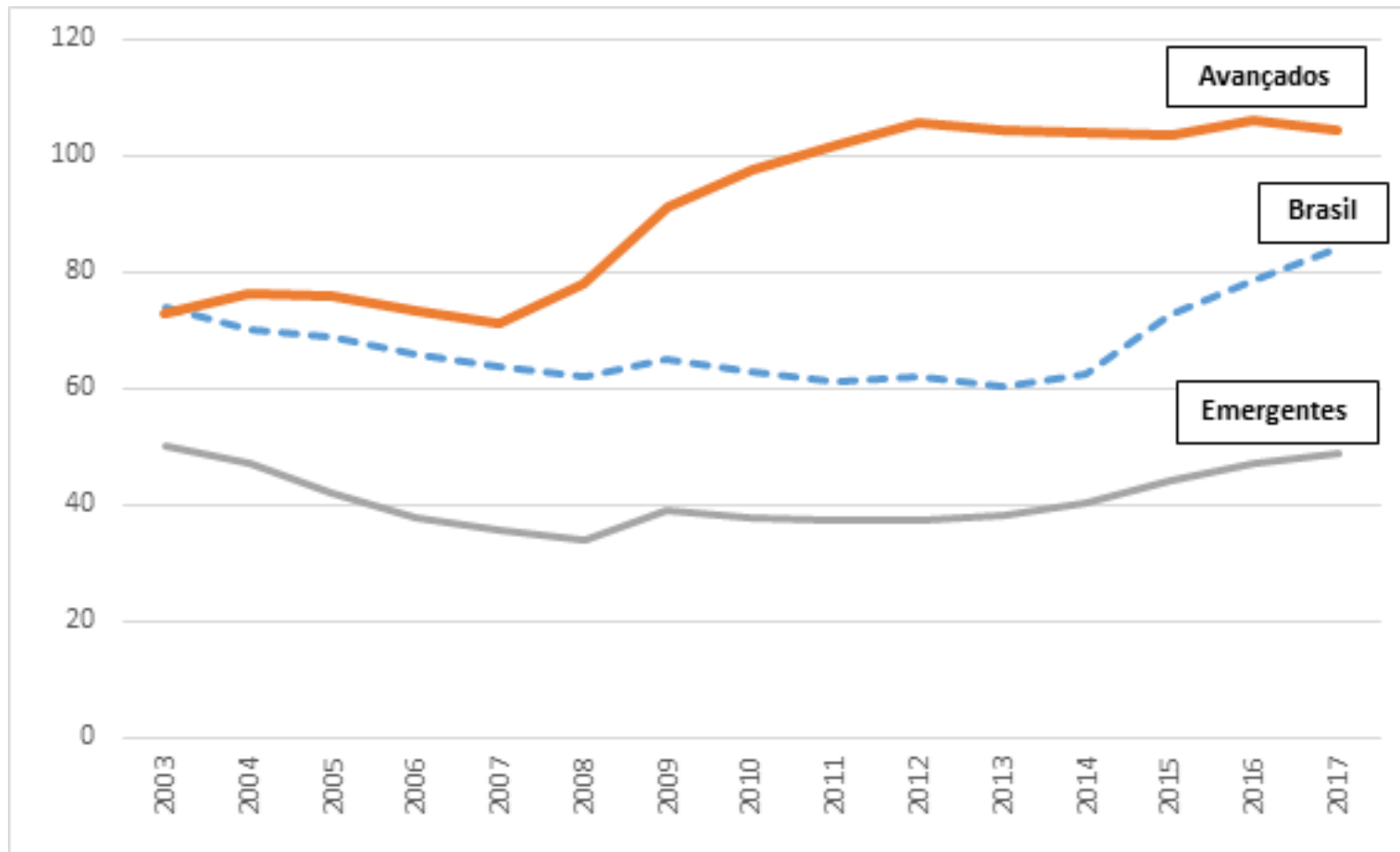
CARGA TRIBUTÁRIA BRUTA - % DO PIB 1988/2017



Fonte: IFI.

# Brasil x resto do mundo

DÍVIDA COMPARADA (% DO PIB)



Fonte: FMI. Elaboração – IFI.

**Tabela 4: Dívida bruta (conceito FMI) e déficit fiscal (nominal) – % do PIB**

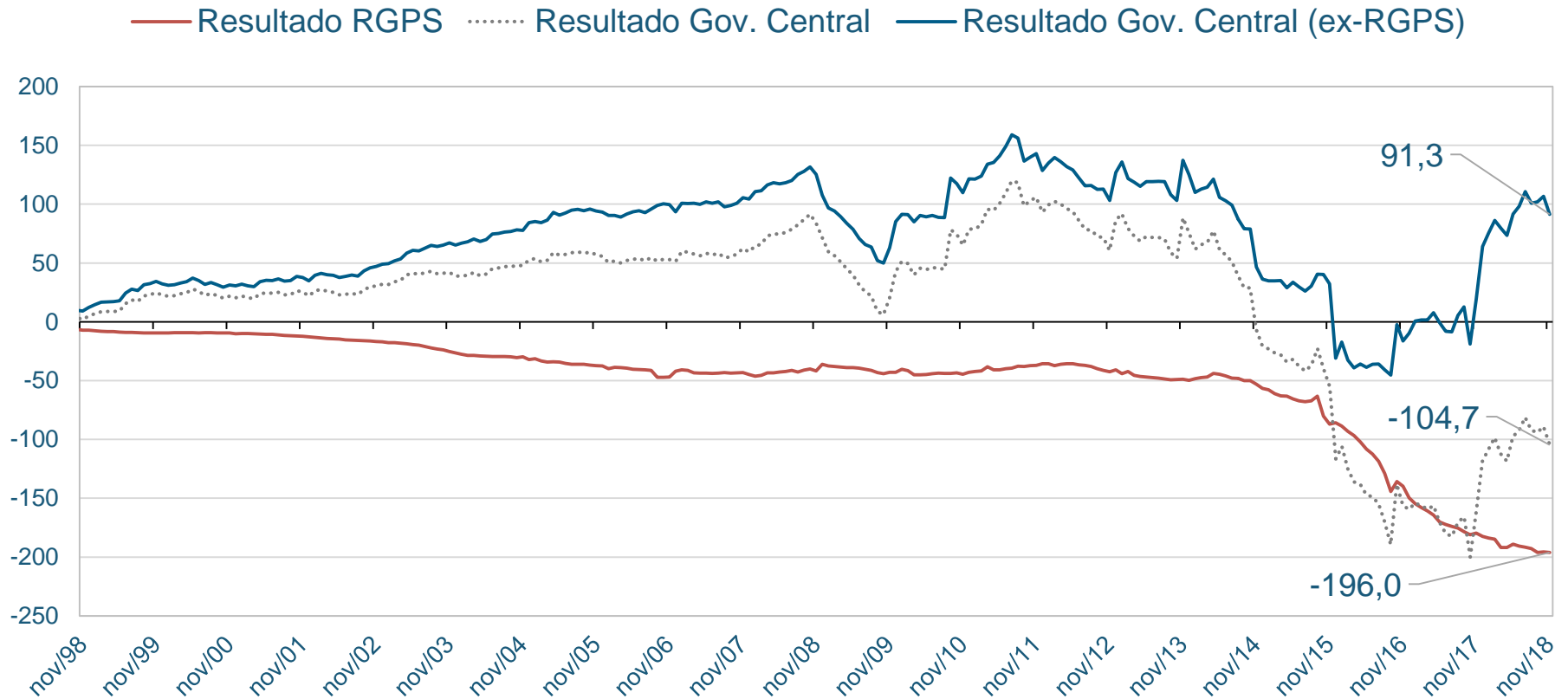
		2013	2014	2015	2016	2017	2018
Brasil	Dívida	60,2	62,3	72,5	78,3	83,4	87,7
	Déficit	3,0	5,4	10,3	9,0	9,2	9,3
Emergentes	Dívida	38,3	40,4	43,8	46,8	48,3	49,9
	Déficit	1,7	2,5	4,5	4,8	4,4	4,2
Desenvolvidos	Dívida	105,3	104,5	104,1	106,3	105,3	104,2
	Déficit	3,6	3,1	2,6	2,8	2,7	2,3

**Fonte: FMI. Elaboração – IFI/Senado.**



# Resultado fiscal primário e nominal

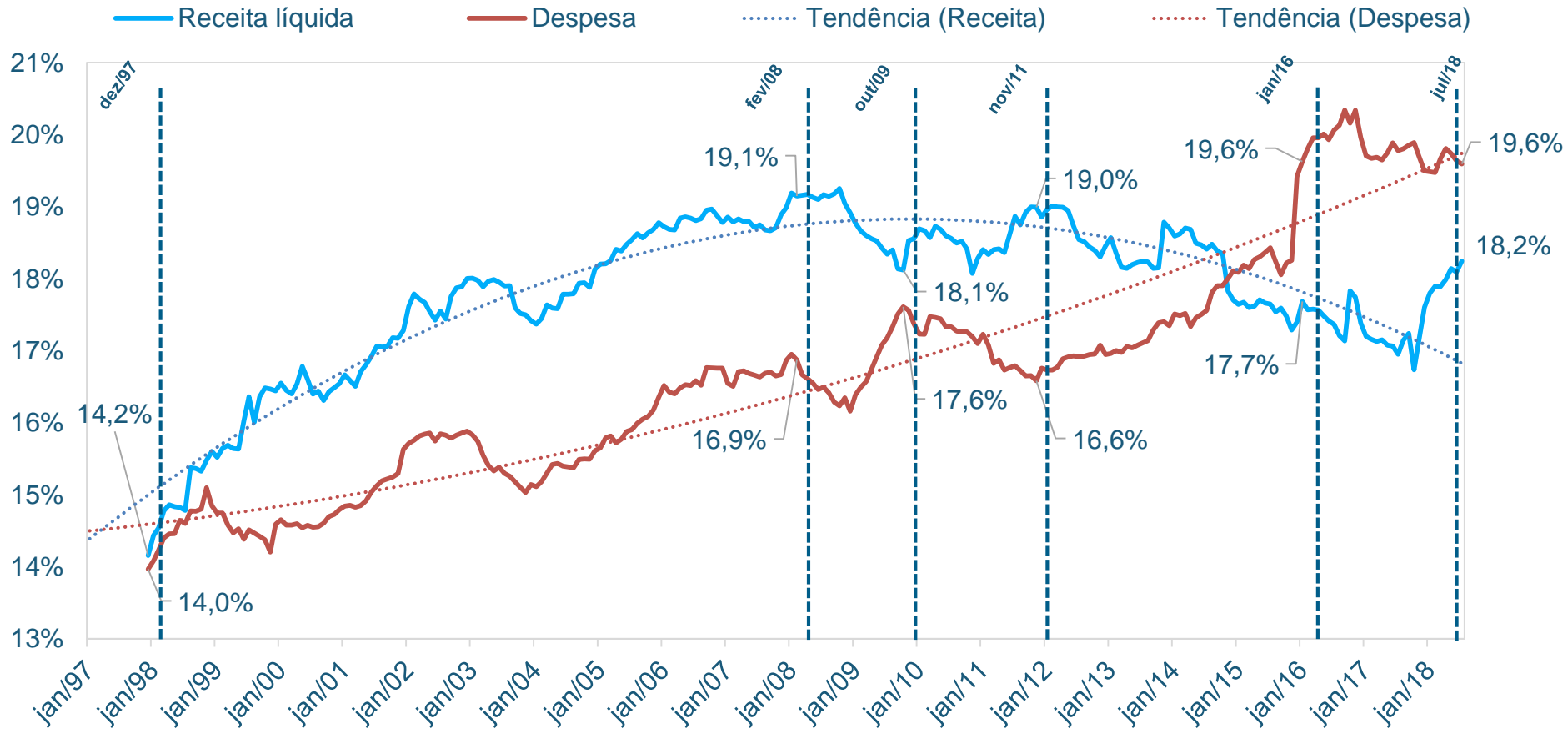
Resultado do RGPS e do governo central - Acum. 12 meses (R\$ bilhões)



Fonte: Tesouro Nacional.

# Receitas e Despesas

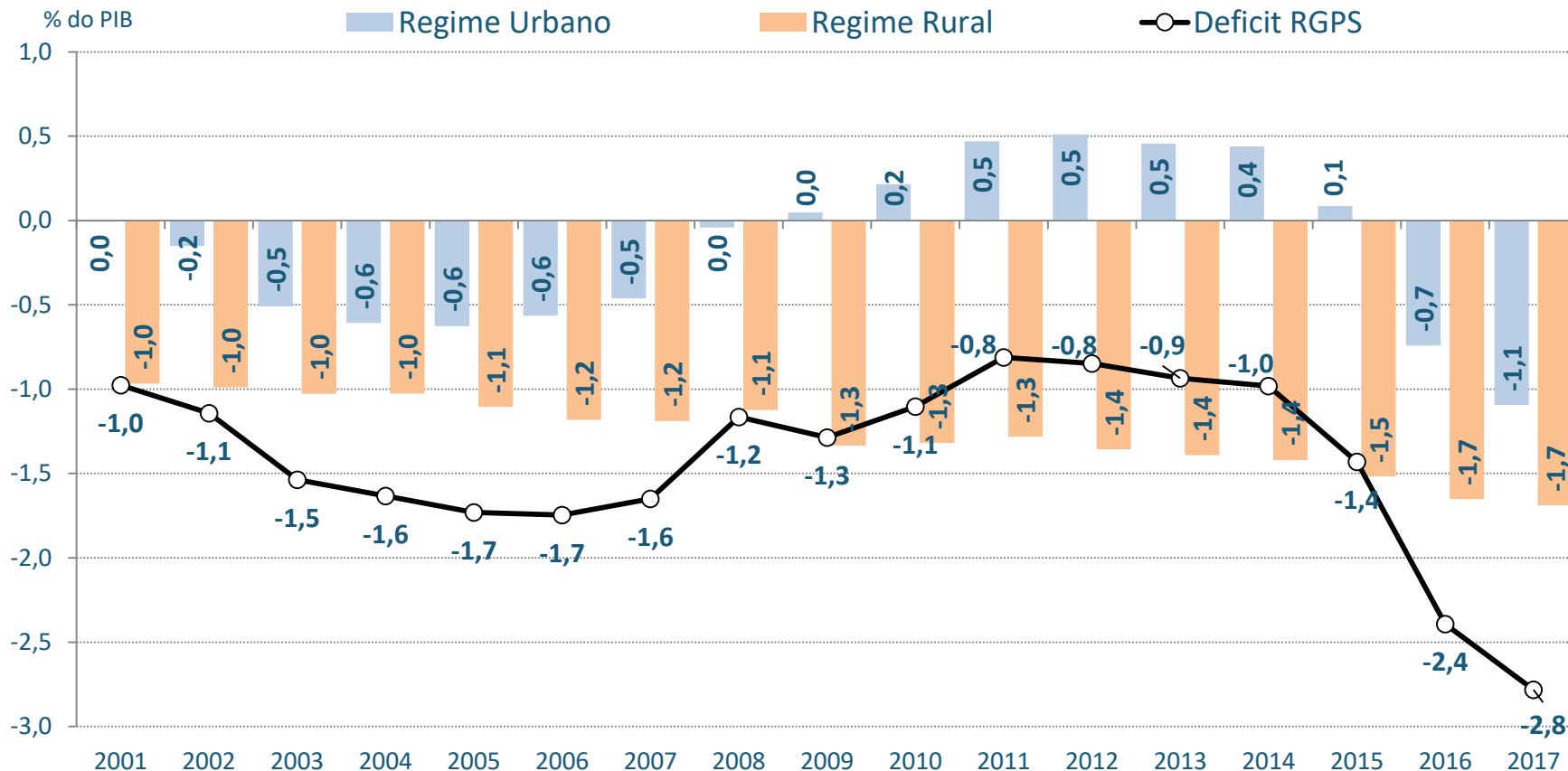
Receitas líquidas e despesas totais do governo central acumuladas em 12 meses – % do PIB\*



\* As séries originais foram descontadas em R\$ 74,8 bi nas receitas e em R\$ 42,9 bi nas despesas, em setembro de 2010, para neutralizar os efeitos da cessão onerosa do pré-sal à Petrobras e a capitalização ocorrida. As linhas de tendência são aproximações das séries históricas por um polinômio de segundo grau.

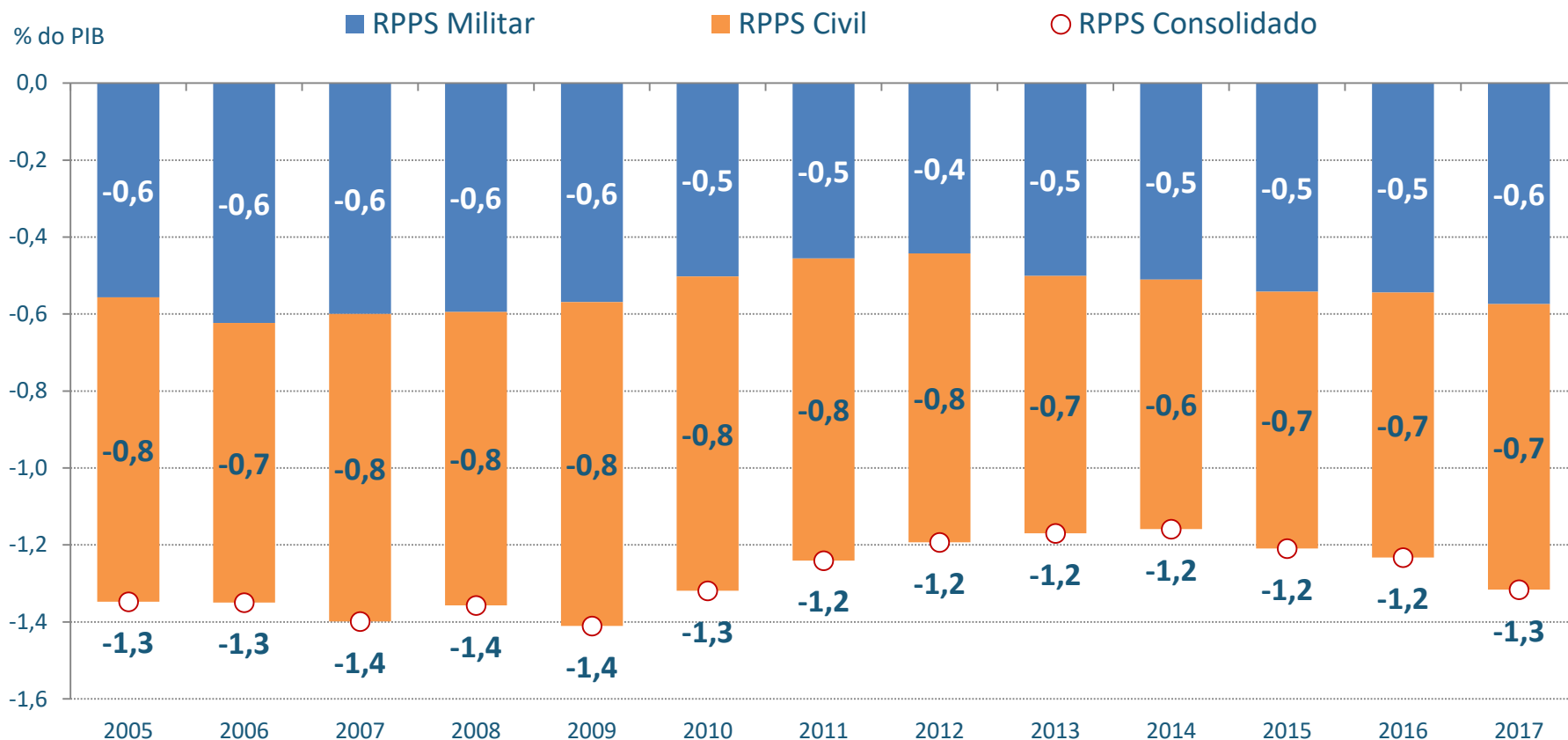
# Previdência – Déficit do RGPS

- Déficit do RGPS foi de R\$ 182,4 bilhões ou 2,8% do PIB em 2017
- Beneficiários do RGPS, dentre aposentados (por idade, tempo de contribuição e invalidez), pensionistas e auxílios alcançam cerca de 30 milhões de beneficiários



# Previdência – Déficit do RPPS

- Déficit do regime público alcançou R\$ 86,4 bilhões ou 1,3% do PIB em 2017, sendo 55% de servidores civis
- Quantidade de beneficiários é de aproximadamente 1 milhão



Fonte: Tesouro Nacional

## RECEITA LÍQUIDA E COMPOSIÇÃO DO GASTO PÚBLICO FEDERAL EM 2017 (% DO PIB)

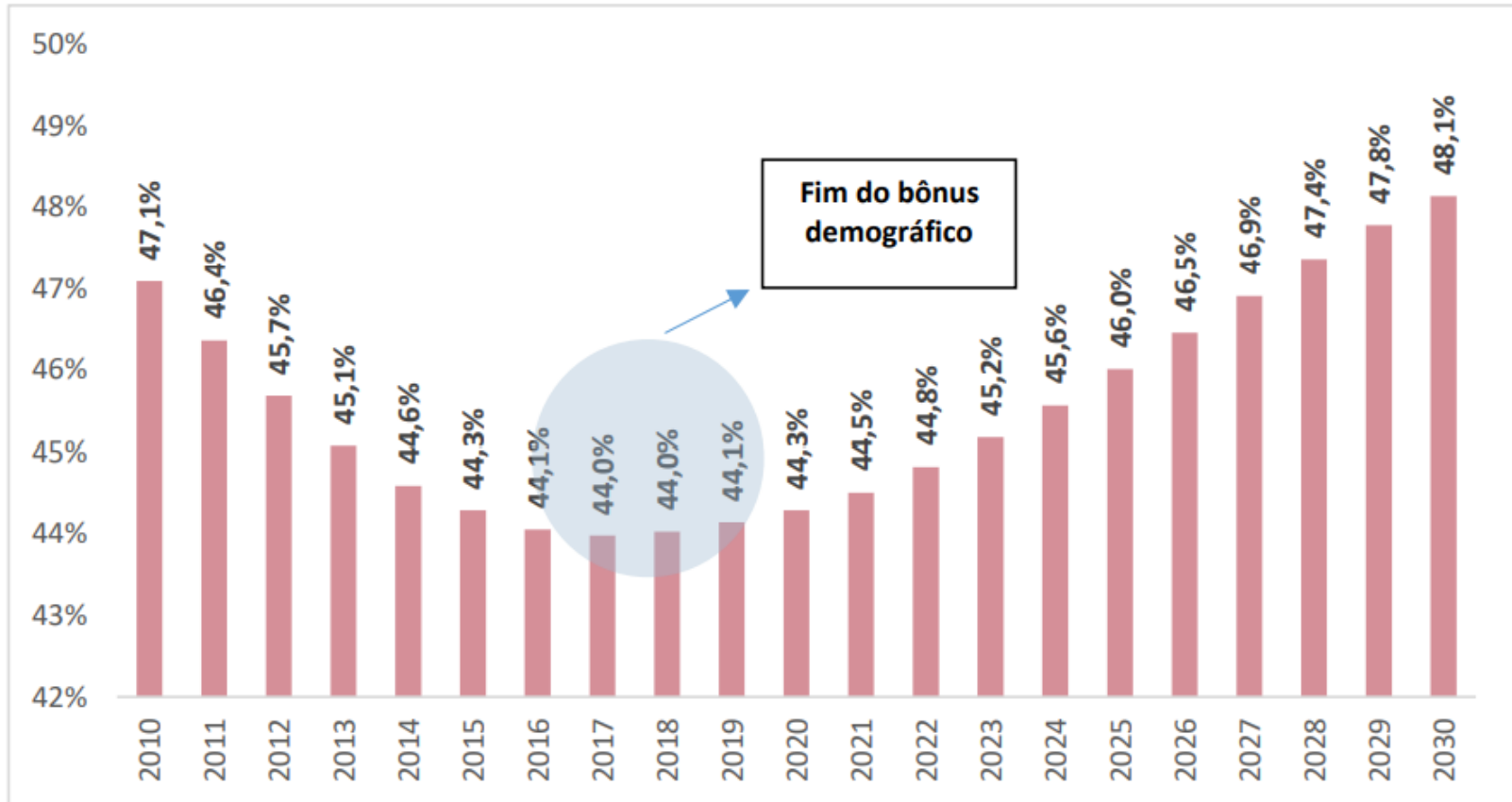
<b>I. Receita líquida</b>	<b>17.6%</b>
<b>II. Despesas primárias</b>	<b>19.5%</b>
II.1 Previdência - INSS	8.5%
II.2 Pessoal (ativo e inativo)	4.3%
II.3 Outras	2.8%
II.3.1 Seguro-desemprego	0.8%
II.3.2 Benefício de Prestação Continuada (BPC)	0.8%
II.3.3 Outras	1.2%
II.4 Despesas discricionárias	3.8%
II.4.1 Programa de Aceleração do Crescimento (PAC – investimentos)	0.5%
II.4.2 Outras	3.3%

3/4

Fonte: Tesouro Nacional. Elaboração – IFI.

# Previdência e demografia

**Gráfico 10: Evolução da razão de dependência\* - %**



\* Razão entre o grupo composto por pessoas com 0 a 14 anos e com 65 anos ou mais e o grupo de 15 a 64 anos.

**Fonte: IBGE. Elaboração - IFI/Senado.**

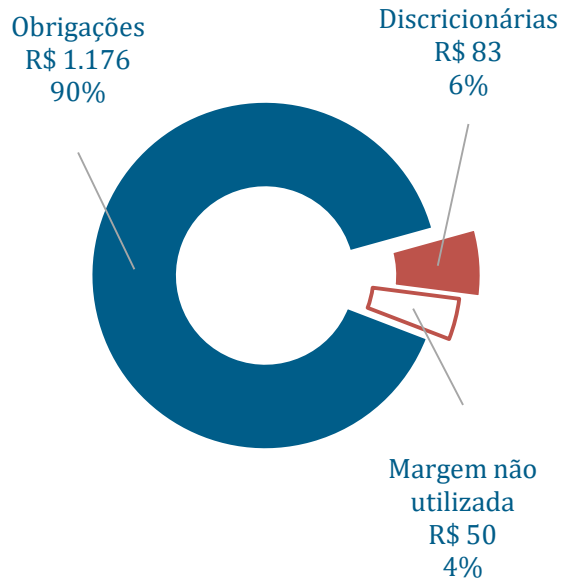
## Orçamento público federal – gastos por função - % do PIB

Funções	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Varição entre 2008 e 2017 (pontos do PIB)
Previdência Social	7.8%	8.7%	8.4%	8.2%	8.3%	8.3%	8.4%	9.0%	9.7%	9.9%	2.2
Educação	0.9%	1.0%	1.2%	1.2%	1.4%	1.4%	1.6%	1.6%	1.7%	1.7%	0.8
Saúde	1.5%	1.6%	1.6%	1.6%	1.6%	1.6%	1.6%	1.7%	1.7%	1.7%	0.1
Assistência Social	0.9%	1.0%	1.0%	1.0%	1.1%	1.2%	1.2%	1.2%	1.3%	1.3%	0.4
Trabalho	0.7%	0.9%	0.8%	0.8%	0.9%	1.2%	1.2%	1.1%	1.1%	1.1%	0.4
Defesa Nacional	0.7%	0.8%	0.8%	0.7%	0.7%	0.7%	0.7%	0.7%	1.0%	1.0%	0.4
Judiciária	0.6%	0.6%	0.6%	0.5%	0.5%	0.5%	0.5%	0.5%	0.5%	0.5%	-0.1
Administração	0.5%	0.5%	0.5%	0.4%	0.4%	0.4%	0.4%	0.4%	0.4%	0.4%	0.0
Agricultura	0.3%	0.4%	0.3%	0.3%	0.3%	0.3%	0.2%	0.5%	0.4%	0.3%	0.0
Transporte	0.3%	0.4%	0.5%	0.4%	0.4%	0.3%	0.4%	0.3%	0.3%	0.2%	-0.1
Segurança Pública	0.2%	0.2%	0.2%	0.2%	0.2%	0.2%	0.2%	0.1%	0.2%	0.2%	0.0
Outros	1.2%	1.1%	1.1%	0.9%	0.9%	0.9%	0.9%	0.8%	0.9%	0.8%	-0.4
<b>Total</b>	<b>15.5%</b>	<b>17.2%</b>	<b>16.9%</b>	<b>16.4%</b>	<b>16.6%</b>	<b>17.0%</b>	<b>17.4%</b>	<b>17.9%</b>	<b>19.3%</b>	<b>19.1%</b>	<b>3.6</b>

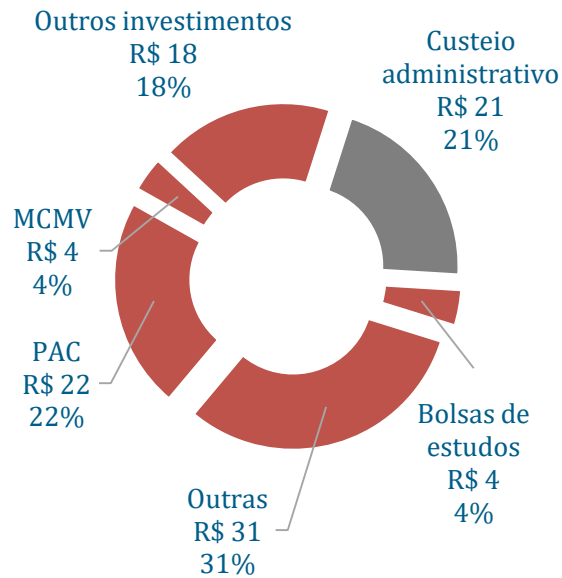
# Composição da Margem Fiscal

- Conjunto de **obrigações** representa cerca de **90%** do gasto público federal.
- **Cerca de 45%** da margem fiscal em 2017 foi composta por investimentos, sendo 22% do PAC.
- **Custeio administrativo** é relativamente pequeno e apresenta elevada rigidez para reduções no curto prazo, uma vez que **60%** é composto por material de consumo e serviços de apoio.

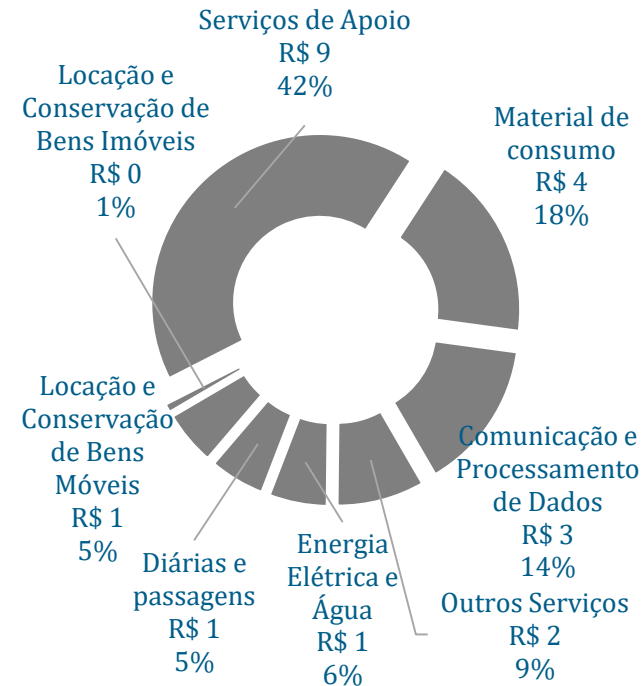
## Despesas sujeitas ao teto



## Discricionárias



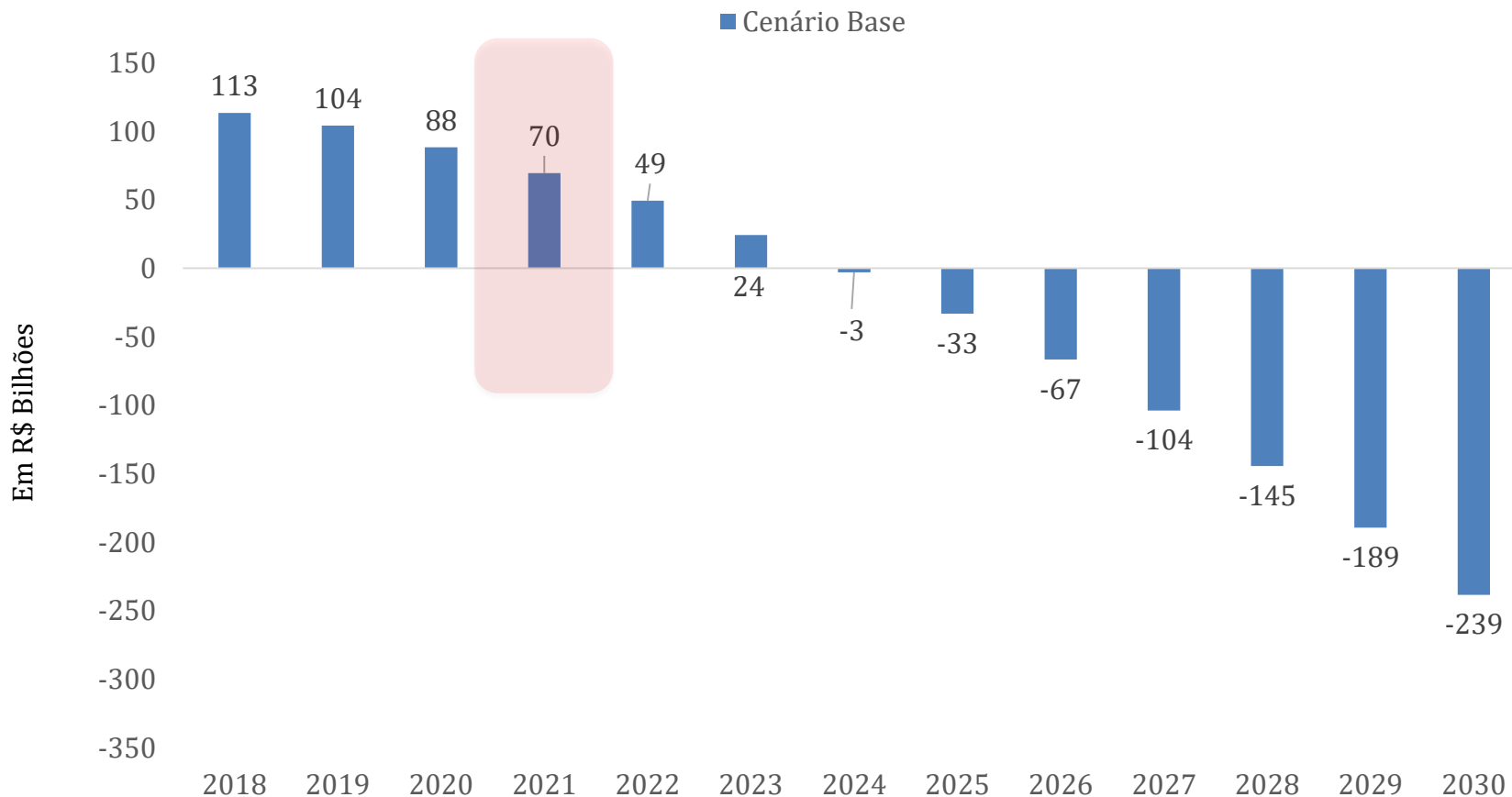
## Custeio Administrativo





# Evolução da Margem Fiscal

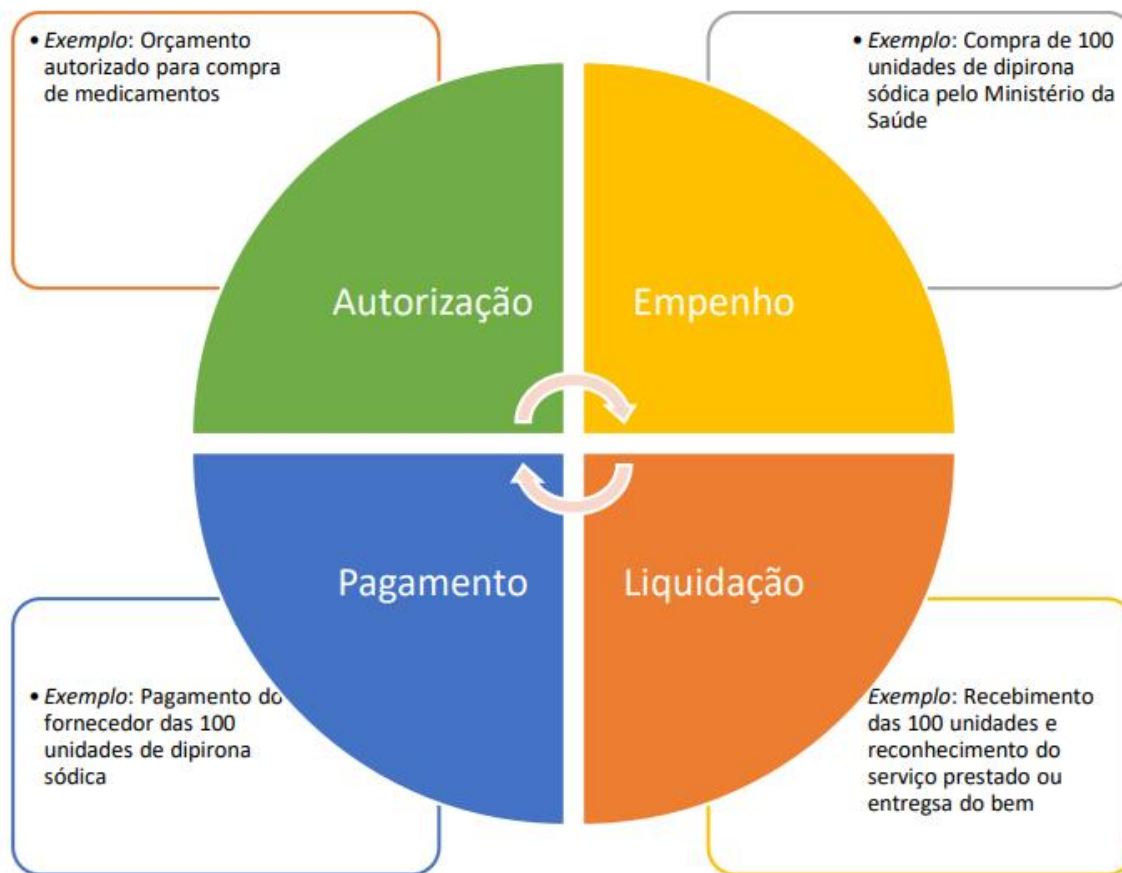
- Margem fiscal que garante funcionamento mínimo dos ministérios é estimada em R\$ 75/80 bilhões.



Fonte: IFI.

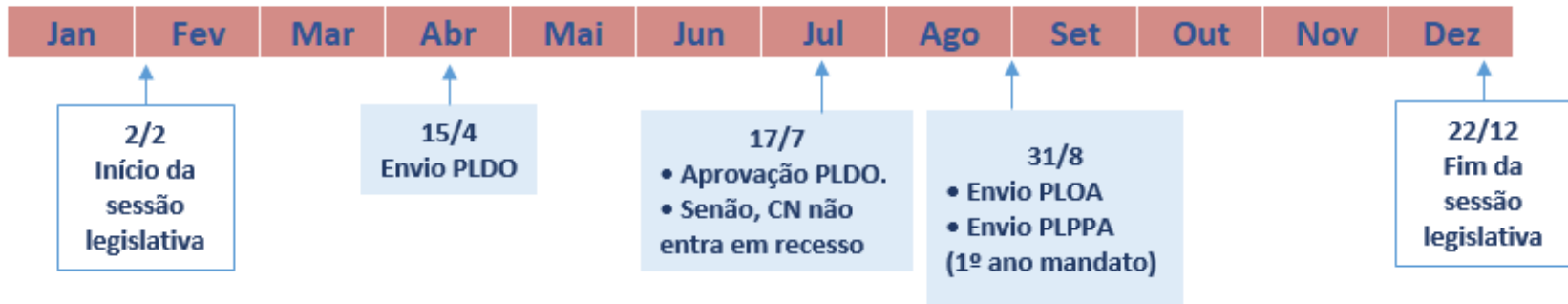
- Há 3 peças legislativas no processo orçamentário brasileiro:
  - a Lei de Diretrizes Orçamentárias,
  - a Lei Orçamentária Anual e
  - o Plano Plurianual
- A iniciativa de elaboração do orçamento é do Poder Executivo

## IMAGEM 1: ETAPAS DA DESPESA PÚBLICA



Fonte: Giacomoni, James (2009). Elaboração: IFI

# Ciclo Orçamentário



- A **LDO** traz estimativas de parâmetros orçamentários: PIB, inflação, juros, taxa de câmbio etc. Ela prevê, também, a meta fiscal e os agregados de receita e despesa (CF, art. 165; LRF, art. 4º)
- A **LOA** é o orçamento propriamente dito, elaborado com base nas diretrizes postas pela LDO (CF, art. 165; LRF, art. 5º)
- O **PPA** é, em teoria, um instrumento para planejamento de médio prazo (CF, art. 165)

*\* Importante destacar que não há prazo formal para aprovação do PLOA, mas, caso ele não seja aprovado até o dia 22/12, o governo fica autorizado a gastar apenas parte do Orçamento, segundo regras previamente definidas pela LDO.*

- Desde 1989, se interpretou que o Legislativo poderia elaborar **reestimativas** da receita enviada pelo Executivo, o que abre margem à fixação de despesas mais elevadas quando da tramitação da LOA no Congresso
- O **teto de gastos** melhorou esse quadro, porque mesmo na eventual presença de receitas mais elevadas, não haverá autorização para elevar as despesas com base nisso
- Trata-se de um avanço importante, mas o teto ainda carece de complementações: fixamos a placa com o limite de velocidade, o que ajudou a organizar o quadro geral, mas ainda temos de aprovar as **mudanças efetivas no gasto obrigatório**

- A principal legislação sobre contas públicas é a Lei 4.320 (1964). Nela, são fixadas as bases e definições para o funcionamento das finanças governamentais
- A Lei de Responsabilidade Fiscal (2000) traz regras para o comportamento das contas fiscais, em todos os níveis de governo, e exige o cumprimento de metas
- Acordo com FMI e metas de primário
- EC 95 – Teto de gastos
- Limite para a dívida da União (Constituição e LRF, mas ainda não regulamentado)
- Constituição define o processo orçamentário e os instrumentos de planejamento (LOA, LDO e PPA), além de outras regras e vedações para a gestão do orçamento (ex. regra de ouro)

## 11 REGRAS QUE O GOVERNO DEVE SEGUIR NA GESTÃO DAS CONTAS PÚBLICAS

- |   |  |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>🇺🇸 Regra de ouro</li> <li>🇺🇸 Teto de gastos</li> <li>🇺🇸 Geração de despesas da Seguridade Social</li> <li>🇺🇸 Meta de resultado primário</li> <li>🇺🇸 Geração de despesa obrigatória</li> <li>🇺🇸 Renúncia de receitas</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>🇺🇸 Limite de despesas com pessoal</li> <li>🇺🇸 Limite da dívida consolidada</li> <li>🇺🇸 Limite da dívida mobiliária</li> <li>🇺🇸 Limite para operações de crédito</li> <li>🇺🇸 Limites para concessão de garantia</li> </ul> |
|---|--|

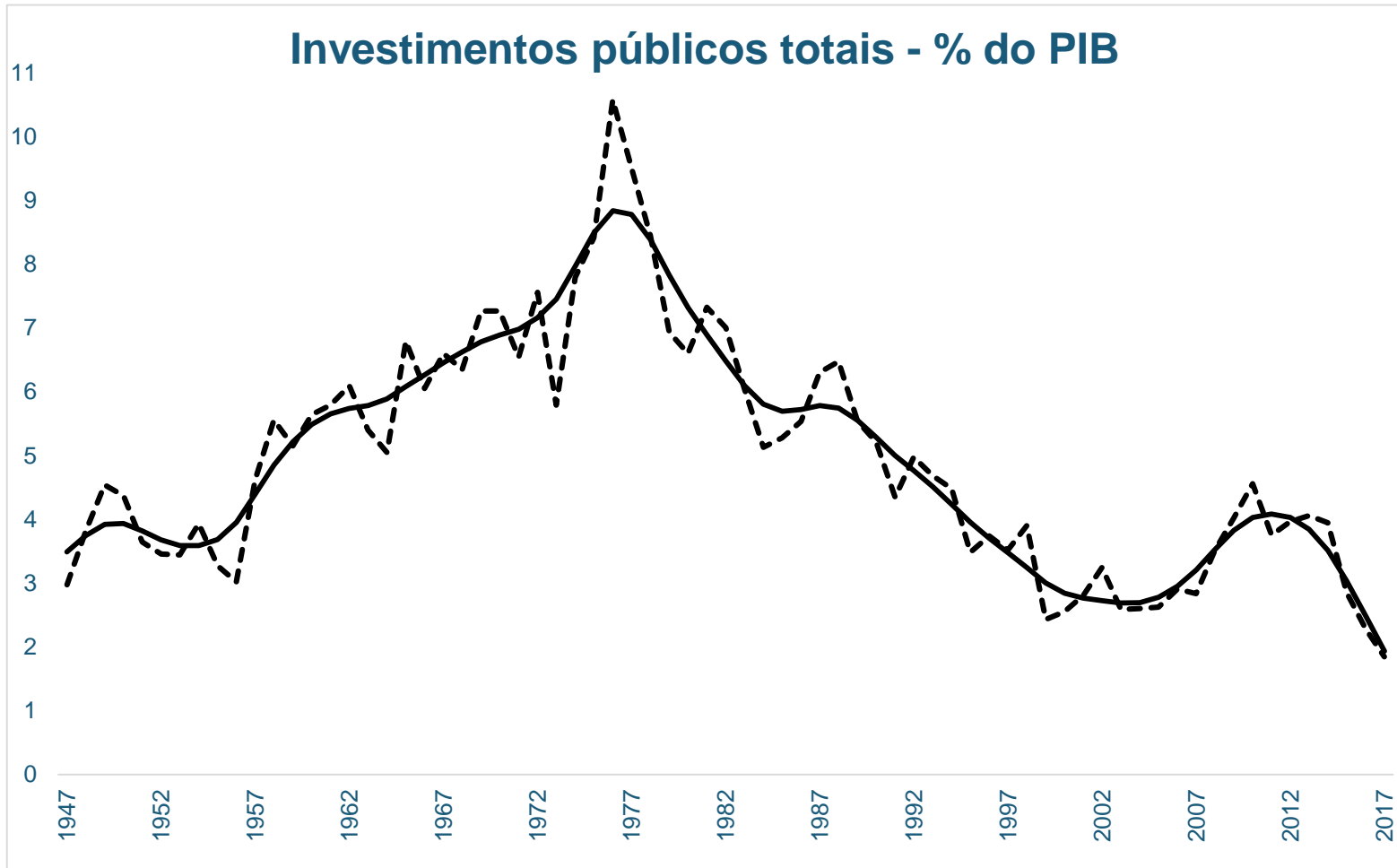
SenadoFederal



- Rigidez orçamentária (vinculações e indexações)
- Spending reviews x Orçamento base zero
- Brasil é pródigo em criar regras fiscais, mas não tão pródigo em cumpri-las.
- Estudo da IFI mostra que temos hoje 11 regras em vigência.
- É hora de torná-las efetivas, fixando objetivos mais claros para a política fiscal

# Investimentos públicos pagam a conta

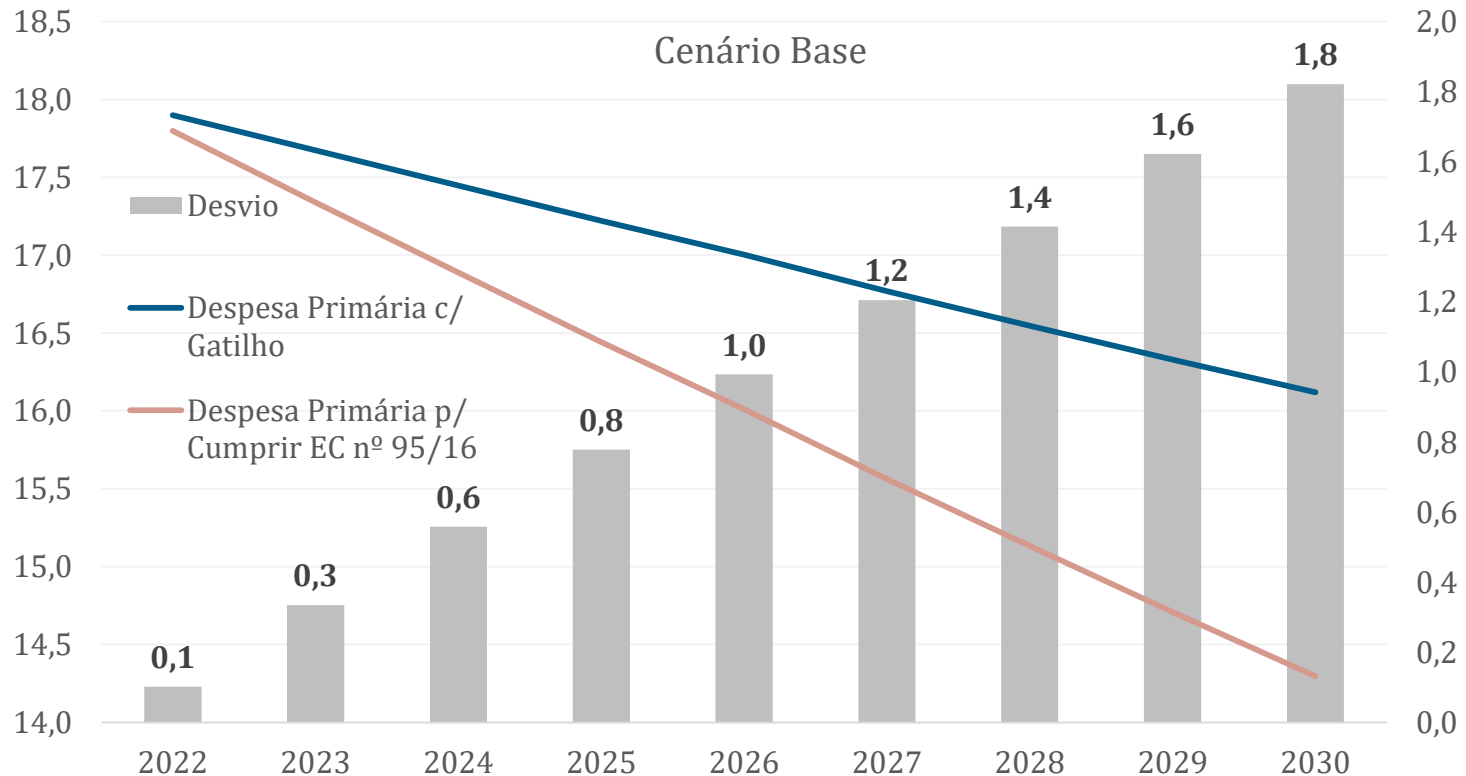
- Consequência do ajuste mal feito: investimentos nunca foram tão baixos...





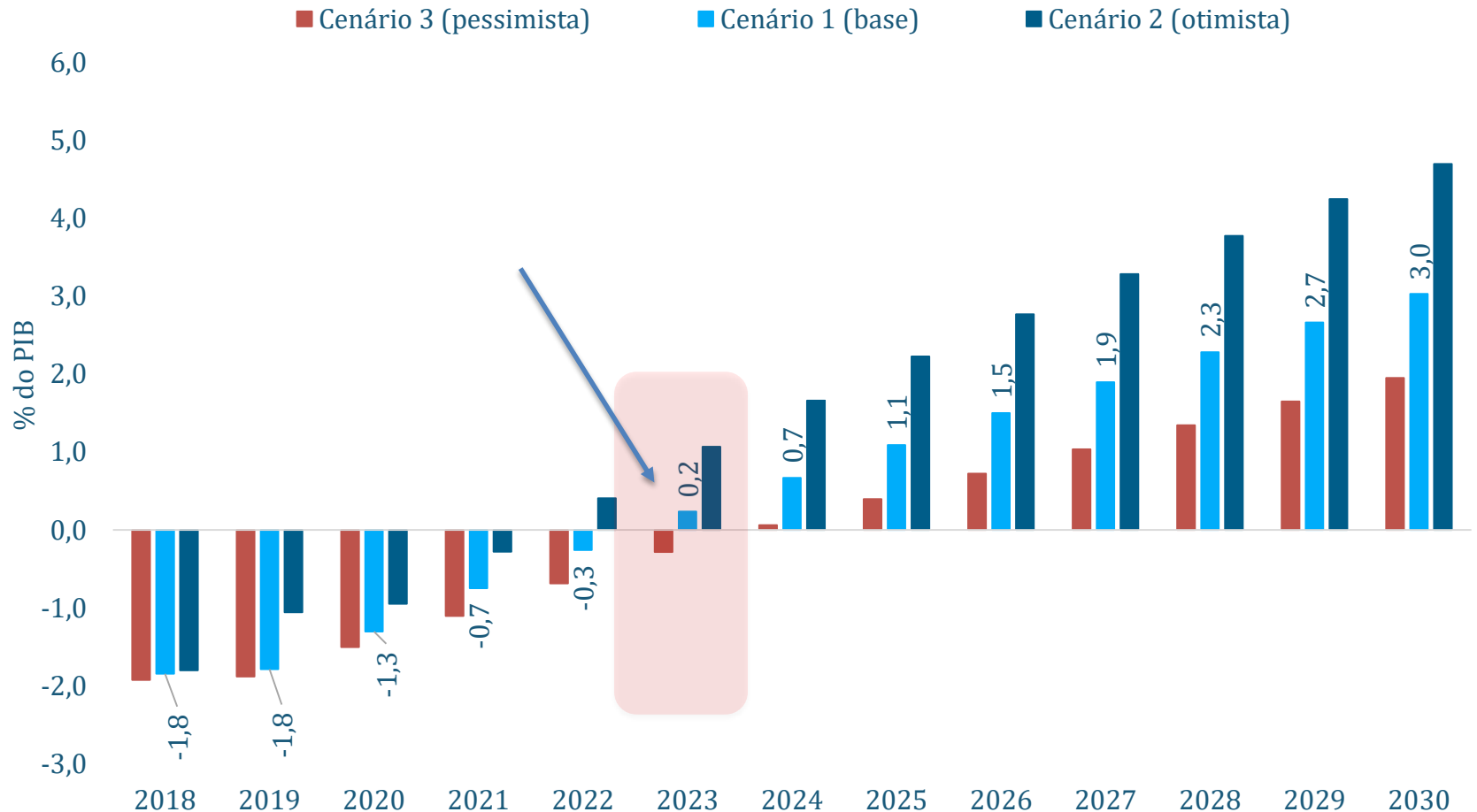
- Acionamento dos gatilhos não é suficiente para trazer gasto ao nível requerido pelo teto.

## DESPESA PRIMÁRIA COM GATILHOS E REQUERIDA PARA CUMPRIR O TETO DE GASTOS (% DO PIB)



Fonte: Tesouro Nacional e Siafi. Elaboração: IFI.

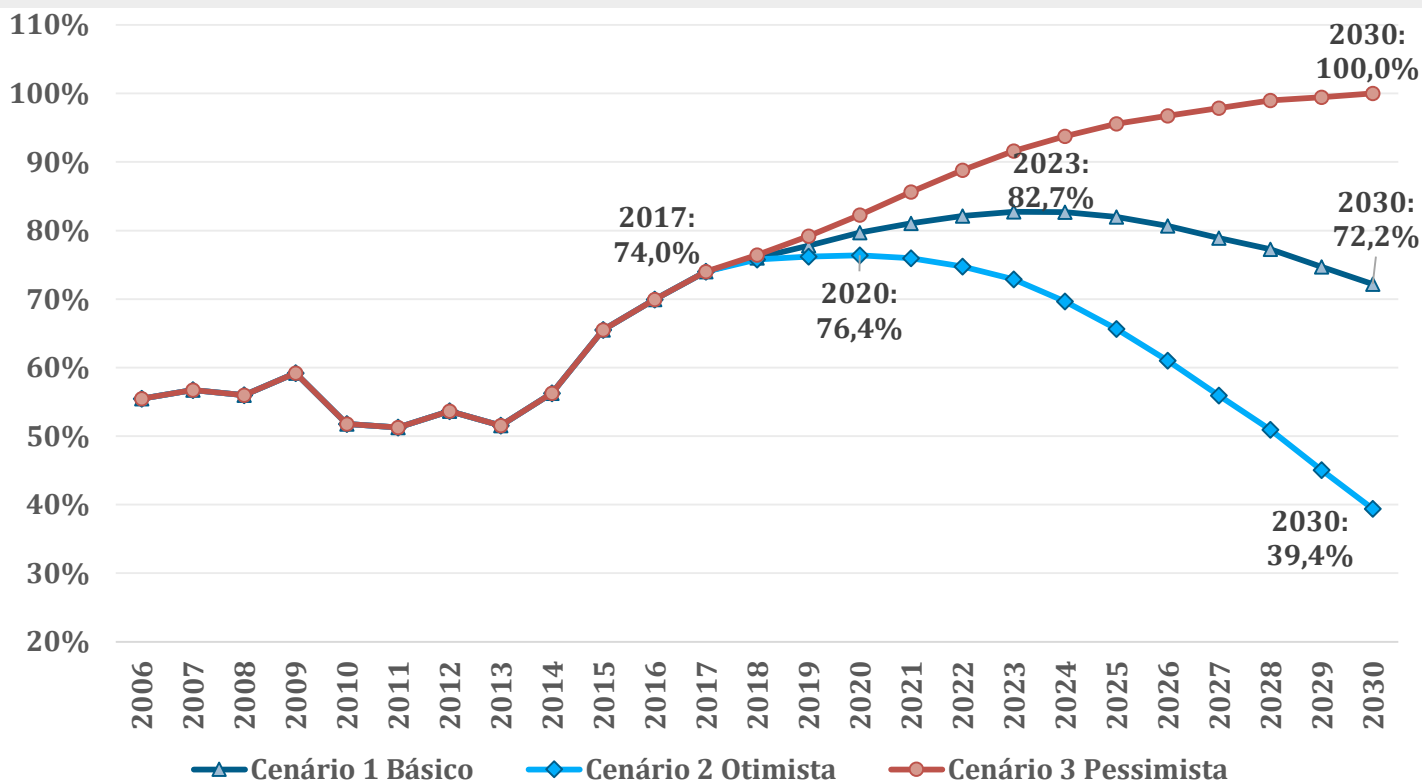
## Resultado Primário do Setor Público Consolidado



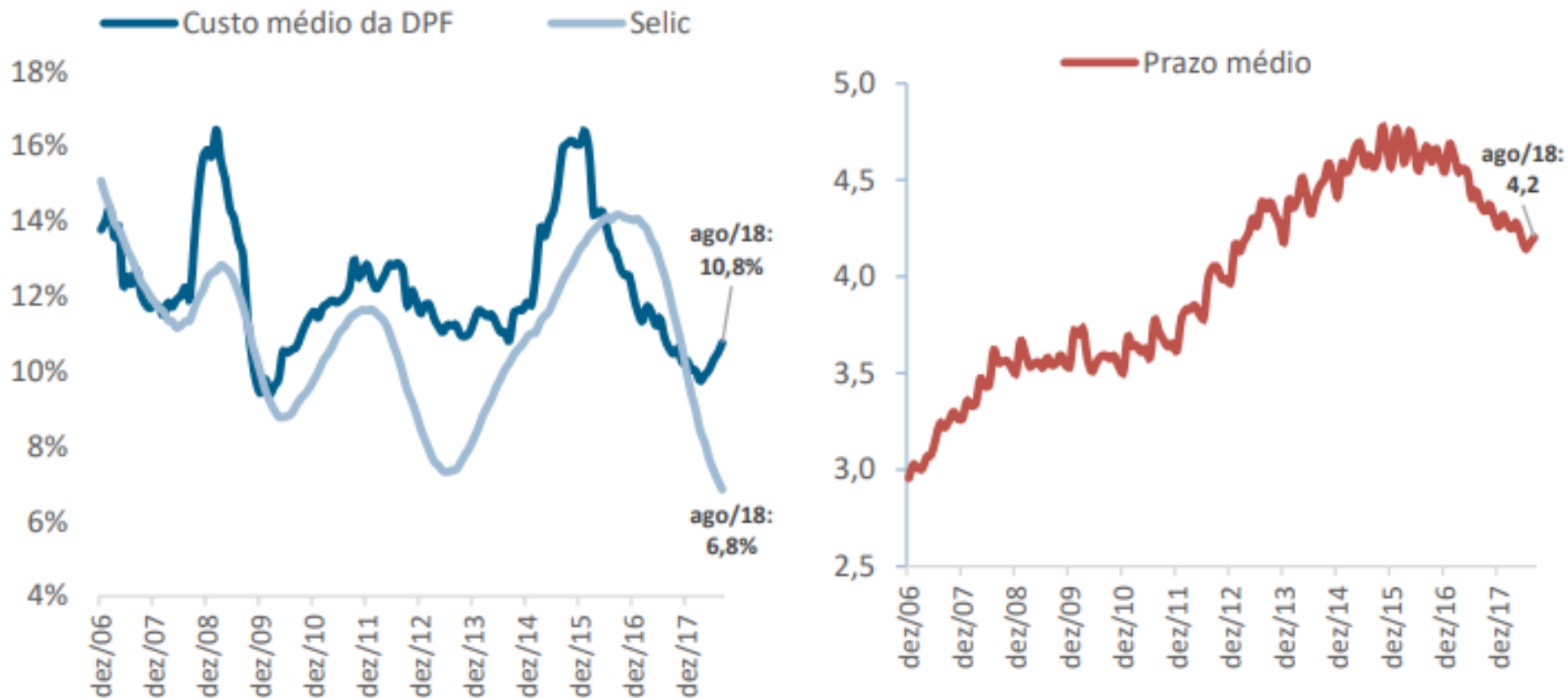
Fonte: IFI.

# Trajatórias para a dívida bruta

- Destaque para algumas premissas macroeconômicas:
- Correção do salário mínimo apenas pela inflação defasada (INPC-1) a partir de 2020
- Quantum do RGPS: 2,9% (cenário base), 2,4% (otimista) e 3,4% (pessimista) a partir de 2020
- Quantum do BPC (LOAS/RMV): 3,2% em todos os cenários
- Crescimento Econômico: 2,2% (cenário base), 3,4% (otimista) e 1,4% (pessimista) a partir de 2020
- Juro Real: 4,3% (cenário base), 3,2% (otimista) e 5,8% (pessimista) a partir de 2020



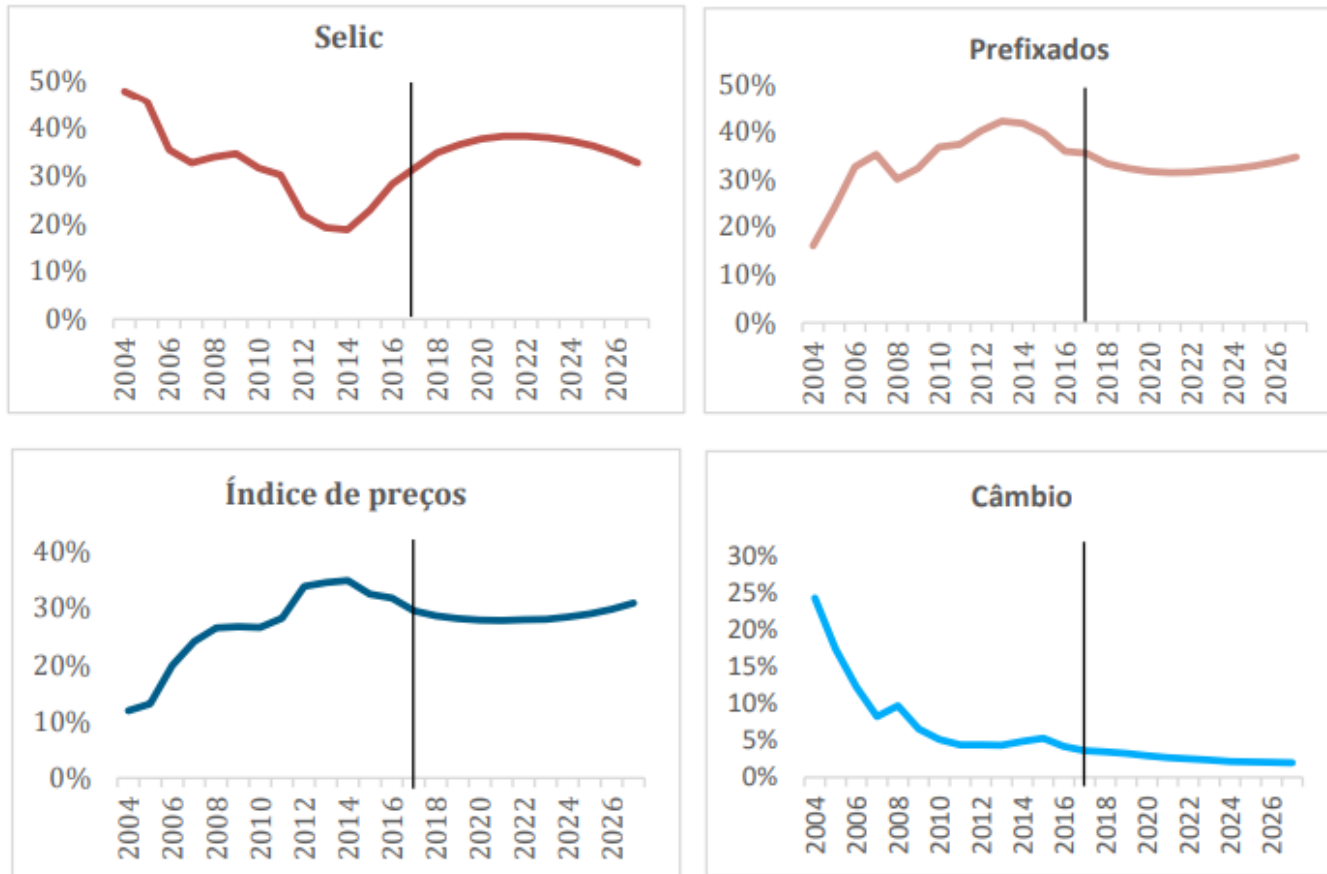
**Gráfico 5: Custo médio da DPF, Selic (% - 12 meses) e prazo médio da DPF (anos)**



**Fonte: Tesouro. Elaboração - IFI/Senado.**

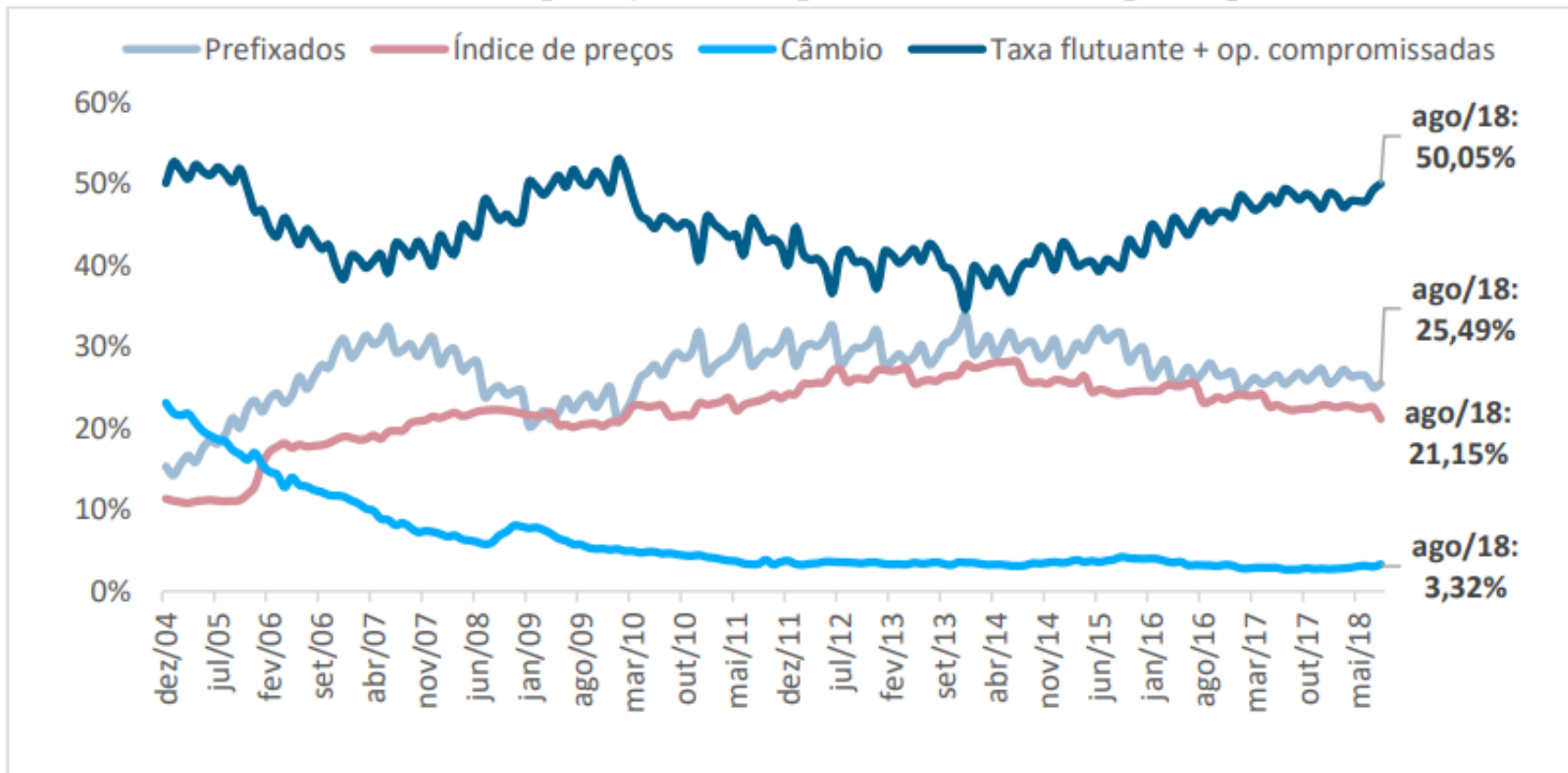
# Juros e dívida pública

**Gráfico 14: Trajetórias esperadas pela IFI para a DPF por tipo de papel**



Fonte: IFI/Senado.

**Gráfico 4: DPF somada às operações compromissadas - % por tipo de indexador\***



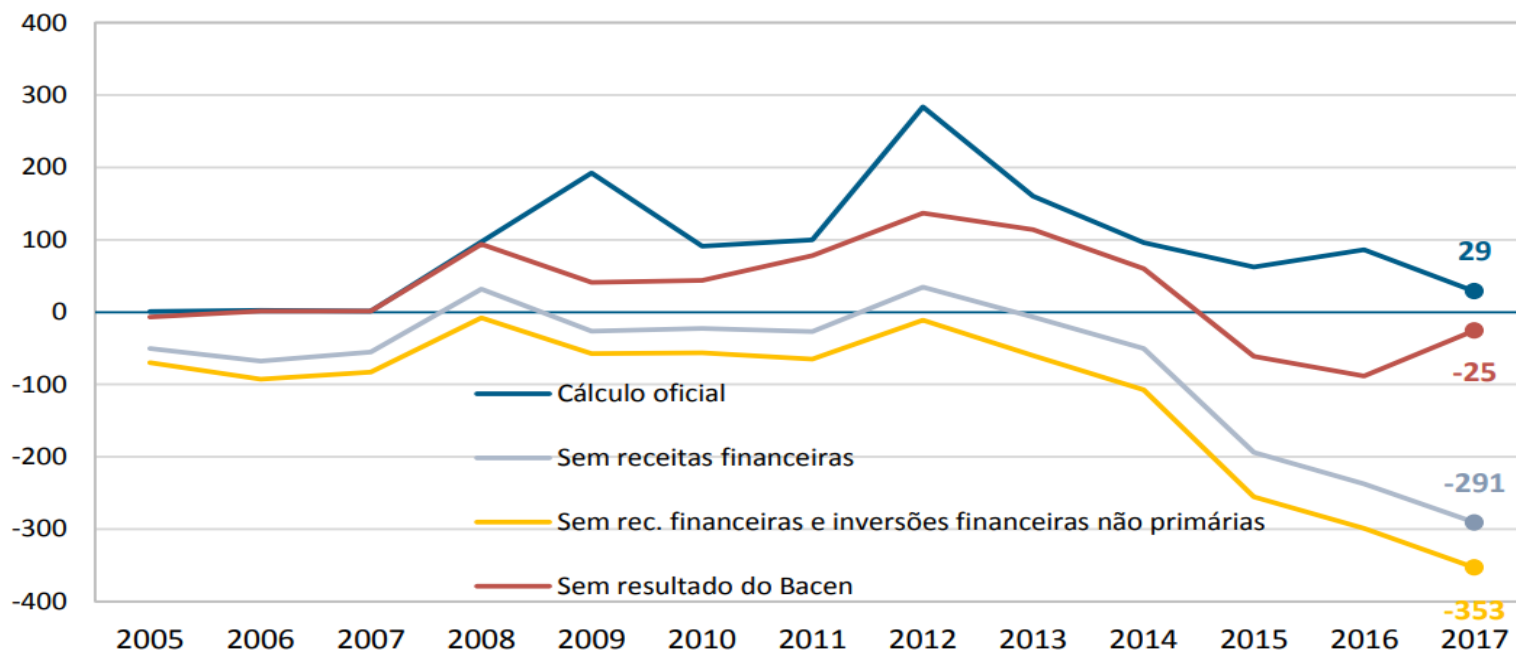
\* Todas as séries foram calculadas em relação ao denominador "DPF + operações compromissadas", sendo a série "Taxa flutuante + op. Compromissadas" igual à soma das participações dos títulos de taxa flutuante e das compromissadas.

**Fonte: Bacen. Elaboração - IFI/Senado.**

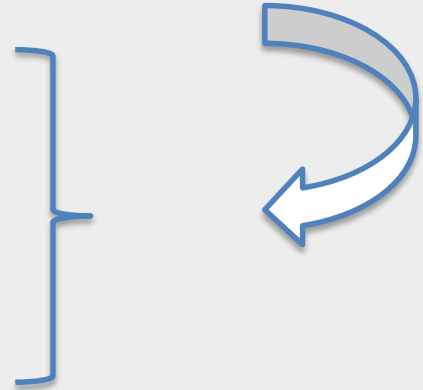
# Regra de ouro: por que passou a importar?

- A Regra de Ouro das contas públicas está sendo **cumprida** simultaneamente à geração de resultados fiscais correntes **deficitários. Qual a explicação?**
- Receitas financeiras, a exemplo do lucro virtual do Bacen oriundo de mudanças na taxa de câmbio, ajudam a cumprir a regra. Sem controle dos gastos obrigatórios, essa regra constitucional também será descumprida ou cumprida por meio de subterfúgios

**Gráfico 5: Cálculos Alternativos para a Evolução da Margem de Cumprimento da Regra de Ouro (Em R\$ bilhões a preços correntes)**



Fonte: Siga Brasil. Elaboração: IFI.

1. Melhorar a gestão e reduzir excessos, legitimando reformas estruturais
  2. Política de pessoal
  3. Previdência social
  4. Medidas do lado da receita, inclusive revisão dos gastos tributários
  5. Harmonização entre objetivos e regras fiscais
- 



## Sobre a Previdência:

Fixação da idade mínima

Regimes especiais

RGPS e RPPS

Capitalização + Transição

NOTA DE POLÍTICA FISCAL DO BANCO CENTRAL. Acesso: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticasfiscais>

CARLIN, W. & SOSKICE, D. “Macroeconomics: imperfections, institutions, and policies”. Editora Oxford. 2006.

ESTUDOS ESPECIAIS DA IFI. Acesso: <https://www12.senado.leg.br/ifi/publicacoes-estudos-especiais>

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. “World Economic Outlook – database”. 2018. Acesso: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2017/02/weodata/index.aspx>

GIACOMONI, J. Orçamento público. Editora Atlas. 2017, 17ª ed.

GIAMBIAGI, F. & ALÉM, C. Finanças públicas. Teoria e prática no Brasil. Editora Campus Elsevier. 2016, 5ª ed.

RELATÓRIOS MENSIS DO TESOIRO NACIONAL. Acesso: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/resultado-do-tesouro-nacional>

RELATÓRIOS DA IFI. Acesso: <https://www12.senado.leg.br/ifi/relatorio-de-acompanhamento-fiscal>

REZENDE, F. Finanças públicas. Editora Atlas. 2001, 2ª ed.

SAFATLE, C., BORGES, J. & OLIVEIRA, R. Anatomia de um desastre. Editora Companhia das Letras. 2016.

SALTO, F. & ALMEIDA, M. Finanças públicas: da contabilidade criativa ao resgate da credibilidade. Editora Record. 2016.

Obrigado!

Contato: (061) 3303-2875

Site: <https://www12.senado.leg.br/ifi>

Facebook: [@instituicaoofiscalindependente](https://www.facebook.com/instituicaoofiscalindependente)

Twitter: [@IFIBrasil](https://twitter.com/IFIBrasil)